

O Mundo e o Brasil

UMA VISÃO DO CONFLITO E DAS OPÇÕES — UMA GEOGRAFIA DE DESTINO

Gen. Div.
CARLOS DE MEIRA MATTOS

GLOBALIZAÇÃO DO PROCESSO POLÍTICO

Talvez o aspecto mais importante do panorama do mundo contemporâneo seja a globalização do processo político que cada vez mais tende a apagar as tradicionais distinções entre política interna e internacional.

Segundo Brezinski, o mundo contemporâneo sofre uma mudança em muitos aspectos similar à provocada pelo aparecimento dos grandes centros populacionais. O crescimento desses centros enfraqueceu as linhas de autoridades íntimas e diretas e contribuiu para o surgimento de muitas fidelidades conflitantes e entrecruzadas. O impacto da moderna tecnologia sobre a economia, as comunicações e os armamentos modificou profundamente o padrão de convivência mundial ao exigir um redimensionamento de elementos básicos das nações:

Sistema produtivo
Mercado (população)
Território.

O novo padrão mínimo, imposto pelo avanço da tecnologia, inviabilizou muitos países como protagonistas centrais do processo político contemporâneo.

Na verdade, a substância de suas funções está sendo gradualmente assumida por outras unidades ou outras forças que o transcendem.

Com efeito, existem hoje certos países cuja problemática apresenta mais semelhança com a administração de uma cidade do que com a agenda de um Estado-Nação na sua concepção tradicional. A propósito, convém lembrar que até os métodos para enfrentar certos conflitos internacionais tornam-se cada dia mais próximos dos utilizados no trato de "conflitos" urbanos.

Apesar de, no plano formal, o processo contemporâneo continuar a funcionar de modo muito parecido com o do passado, a realidade desse processo já é bem outra. De fato, os novos padrões mínimos impostos pela tecnologia inviabilizaram muitas nações em benefício, não de organismos internacionais, com a criação de uma autoridade supranacional através da abdicação voluntária ou compulsória da soberania dos estados em causa, como queriam os utopistas, mas em configurações regionais, que passaram a gravitar em torno dos pólos de poder Estados Unidos/União Soviética e agora a China Comunista, que ainda não pode pretender um protagonismo a escala global, tratando-se por enquanto de um hemipolo-asiático.

Dentro deste quadro de atribuição de poder em escala mundial, o Brasil vem sendo apontado como o hemipolo de maior capacidade de aglutinação em todo o Hemisfério Sul, ultrapassando geograficamente possíveis rivais nesta metade do globo, ou seja: a Argentina, Austrália e África do Sul. Com efeito, o Brasil estaria atualmente tentando consolidar sua posição num patamar de poder regional, ao qual só poderiam aspirar, pelas suas dimensões continentais, três países: a China, a Índia e o Brasil.

É bem verdade que as perspectivas e as possibilidades que se nos apresentam como núcleo de poder regional aumentam enormemente nossas responsabilidades ao mesmo tempo tendem a exacerbar rivalidades e a antecipar antagonismos. Há,

contudo, ampla área de manobra que possibilita conciliar os interesses de afirmação do Brasil, nação que desconhece o ressentimento e a frustração na sua história, numa estrutura de cooperação e parceria com as demais nações. Para tanto, o espírito da Revolução de 64 de realizar um Brasil grande não se deixará consumir em crises rotineiras nem se permitirá exaurir em esquemas táticos, pois tem assentado o rumo certo da grandeza e da prosperidade nacional que os dias futuros não interromperão.

O conflito ideológico

A democracia é uma concepção de vida. É um estilo de pensar e de viver. É a consagração, em termos de sociedade existencial, dos princípios de respeito à dignidade humana herdados da filosofia grega e da igualdade entre os homens inspirados na filosofia cristã. A sociedade democrática, após a Revolução Francesa, incorporou o liberalismo como sua terceira componente. No mundo moderno a sociedade democrática tem por características formais a representatividade no poder e a livre iniciativa como sistema econômico. Representatividade e capitalismo que oferecem nuances várias, de Estado para Estado.

O comunismo oferece uma concepção de sociedade diferente. Seus valores essenciais são outros. Pretende alcançar o ideal de igualdade entre os homens através de uma sociedade sem classes, pretende anular as injustiças sociais através do sistema econômico socialista.

O sociólogo alemão Ralf Dahrendorf fazendo a crítica da concepção de sociedade comunista observa que a igualdade não pode ter um sentido integral já que o sistema socialista exige a estratificação em hierarquias e funções (desiguais). Resulta, pois, em uma igualdade menor do que a assegurada pela sociedade democrática que visa a dignidade da pessoa, o respeito ao homem com o essencial e não a sua

submissão aos interesses econômicos do Estado, fundamento do sistema socialista. No tocante à sociedade sem classes, Dahrendorf a considera utópica, e diz:

“toda sociedade sã, autoconsciente e dinâmica, conhece e aceita os conflitos em sua estrutura; o perigo não existe para quem reconhece o conflito, mas para quem procura dissimulá-lo”.

Para o mesmo sociólogo alemão a grande dificuldade do mundo moderno é a conciliação da sociedade com a liberdade.

“A sociedade comporta sempre a idéia de estrutura, de normativa de conduta humana, de segurança, de previsão, de limite, de coação e de força. A idéia de liberdade, ao contrário, sugere a abertura ao indeterminado e informe”.

O império irrestrito da liberdade gera as sociedades explosivas, à qual antepõe a versão de ordem de Hobbes. A conciliação de sociedade e liberdade que preocupa Dahrendorf encontra esperança de solução na tese da coesão social de Parsons, através do acordo entre todos, através do consenso geral, uma nova forma do contrato social de Rousseau. É fácil de se constatar que, na prática, esta conciliação por consenso geral, em termos de harmonia estatal, é também utópica.

Heimann, sociólogo alemão, nos alerta para os excessos que podem gerar as sociedades democrática liberal e comunista. Esta leva à igualdade dos escravos e aquela à liberdade dos privilegiados. Estamos diante da necessidade de nova conciliação, que no tumultuado mundo de hoje, somente poderá ser encontrada com o reconhecimento de que a harmonia social, à preservação dos valores da igualdade e liberdade individuais, no contexto social, impõe uma autoridade que encarne os ideais do Estado-Nação e a conduza a sua execução.

A marca democrática de nossa Revolução, indiscutível, inquestionável, é a via de desenvolvimento que escolhemos. Optamos pelo desenvolvimento democrático que encontra suas raízes na filosofia cristã. Podemos conceituá-lo como o fez o Papa Paulo VI:

“O desenvolvimento não se reduz a um simples crescimento econômico. Para ser autêntico deve ser integral, quer dizer promover todos os homens e o homem todo. Não aceitamos o econômico que se separa do humano. O que conta para nós é o homem, cada homem, cada grupo de homens, até chegar à humanidade inteira.”

Essa visão global do fenômeno distingue a via democrática do desenvolvimento. É o desenvolvimento que deve atingir a todos os setores da vida humana. Libertando o homem da miséria, dando-lhe segurança, subsistência, saúde, emprego estável e participação nas responsabilidades. Este, o desenvolvimento que a Revolução de 31 de março persegue tenazmente para o Brasil.

O desenvolvimento democrático constitui a principal meta revolucionária, a raiz de todas as outras metas, inclusive de nossa opção política pela democracia.

Para não nos perdermos nem nos embarçarmos ao longo do processo político-revolucionário, teremos que ter a lucidez e a coragem de não aceitar esta polêmica que nos querem impor os inimigos da Revolução — entre democracia e desenvolvimento. Existe sim, no caminho que elegemos, o desenvolvimento democrático. Se não nos afastarmos do estilo democrático em nossa marcha para o progresso econômico, estaremos plantando, nas etapas sucessivas da caminhada, as bases cada vez mais sólidas da democracia brasileira.

Implantando o desenvolvimento pela via democrática estaremos consolidando a única democracia autêntica e legítima, porque assentada na prosperidade e no bem-estar da população. Não se conhece no mundo nenhuma verdadeira de-

mocracia que coexista com a pobreza, a fome e a ignorância. Sabem muito bem disto os anti-revolucionários e esquerdistas. Se apregoam o contrário é porque isto faz parte de sua dialética de luta, assustados que estão com o fato de estarmos erigindo no mundo mais uma nação democrática poderosa e forte, capaz de defender os seus ideais e o estilo de vida que deseja garantir para o seu povo.

A caminhada para o desenvolvimento num país de imensa extensão geográfica como o Brasil é árdua e difícil. Estamos com apenas onze anos de esforços programados e contínuos, impulsionados com autoridade honesta e firme. Alcançamos, concretamente, os dois objetivos básicos para "a decolagem ou início do período de aceleração do crescimento" (Introdução à Análise Econômica, Paul A. Samuelson) — acertamos o processo de acumulação de capital e implantamos uma infra-estrutura de estradas, energia e comunicações. Já podemos arrancar para a conquista dos benefícios sociais do desenvolvimento — elevação do nível de vida da população de maneira harmônica e equilibrada. Essa segunda etapa — de distribuição da riqueza visando o bem-estar geral — exigirá renovados e valorosos sacrifícios. Autoridade firme de timoneiro, compreensão, desprendimento e paciência de todos. Acreditamos que não nos faltarão essas qualidades e dentro de dez anos estaremos formando no rol das sociedades de consumo em massa, cujos modelos mais característicos no mundo moderno são os Estados Unidos, Alemanha Ocidental e Japão.

Para que não se pense que a consolidação do desenvolvimento é fácil em país com as nossas dimensões territoriais e que está apenas saindo de um estado de subdesenvolvimento crônico, é elucidativo lembrar-se o exemplo da União Soviética e da China que escolheram o caminho socialista que, no dizer do Filósofo Charles MacFadden, "envolve tal subordinação do indivíduo à autoridade diretiva e coercitiva do Estado que nunca antes se viu na história".

Na União Soviética o processo começou em 1917, são portanto quase 58 anos de empenho desenvolvimentista atra-

vés dos quais criaram uma nação militarmente poderosa, mas mantém o povo ainda carente de habitação, de bens de consumo e de objetos essenciais de conforto. Não conseguiram, até hoje, anular os tremendos desequilíbrios regionais entre Rússias Européia e Asiática. Quanto à China de Mao Tse Tung, com 26 anos de Revolução, não logrou retirar a maioria de seu povo do estado de subdesenvolvimento. E o que dizer, então, da pequenina Cuba, pouco maior que nosso Estado de Santa Catarina, onde a tentativa de um desenvolvimento pela via socialista, iniciado há 16 anos, apoiado maciçamente pelo capital soviético que vem entregando a Fidel Castro uma ajuda calculada em um milhão de dólares diários ou sejam 360 milhões por ano, só fez, ao lado do "paredón", aumentar as filas e a fome do povo.

Podemos estar orgulhosos dos resultados alcançados pela nossa Revolução nestes onze anos de afã desenvolvimentista. A admirável continuidade da ação revolucionária através de quatro governos sucessivos — Castello Branco, Costa e Silva, Médici e Ernesto Geisel — deram-nos como fruto esta base de partida para a fase predominantemente social do desenvolvimento. Já se disse que o 1.º governo revolucionário marcou a sua passagem por sua obra de "reconstrução econômica". O 2.º pela "aceleração da expansão econômica". O 3.º caracterizou-se pela "elevação do Brasil à categoria dos países de alto nível de desempenho em todos os setores" e o 4.º deverá consagrar a Revolução, também, no setor do desenvolvimento social — previdência, educação, habitação — de efeito direto sobre a política de bem-estar.

Uma visão geopolítica de destino do Estado

A terra (meio físico) sempre teve uma influência muito grande no destino do homem, assim como o país no dos povos e, juridicamente falando, o território no destino dos Estados.

Essa influência se traduz através de vários fatores, entre os quais se destacam, como principais, a forma, a extensão, a posição, a altitude, o clima e a cobertura vegetal. Esses fatores geográficos "condicionam, estimulam e dinamizam a vida dos povos" (Malagrida).

No palco da eterna luta entre o homem e o meio ambiente entrechocam-se as qualidades do homem e as condicionantes da terra. O estudo do homem situa-se no campo da psicologia individual e coletiva (raças). Mas, na psicologia do homem influi, também, o meio físico, assunto sobejamente estudado pelos tratadistas da geografia humana, entre os quais se destacam Gobineau, Lapouge, Huntington, Buckle. Essa influência das condições geográficas sobre a "psyche" humana já ultrapassou as paragens científicas e difundiu-se em versões populares: diz-se que o homem da montanha é triste, fechado, desconfiado, enquanto o homem da costa, que vive à beira do mar, é alegre, aberto e otimista; que a "psyche" do homem planície é ampla (gaúcho), como os espaços que domina e a do montanhês é defensiva porque tem seu horizonte fechado pelas serras que compartimentam o seu "habitat".

Os oceanos e mares desempenham um papel importante na façanha do homem no planeta. Essa relevância das águas salgadas no contexto global não deve ser minimizada, uma vez que aproximadamente 70% da superfície do planeta são cobertos por oceanos e apenas 30% por extensões continentais, além do fato da ciência e tecnologia, cada vez mais, nos dias de hoje, capacitarem-se para extrair recursos de toda a ordem do mar e do fundo do mar.

O tema da enorme superação das extensões marítimas sobre as continentais vem sendo cogitado por sociólogos, geógrafos e geopolíticos desde há muitos anos, gerando doutrinas de poder diversas. O norte-americano Mahan, "The Influence of Sea Power upon History (1890)", pode ser considerado o precursor de uma doutrina de Poder Marítimo, ensinando aos ingleses a teoria daquilo que eles vinham fazen-

do há muitos anos. Mackinder, inglês, filho de uma nação marítima por excelência, foi o autor de uma das mais importantes obras sobre o Poder Continental ou Poder Terrestre "The Heartland", o coração do mundo, localizando o centro do poder mundial numa área continental situada no centro da massa euro-asiática.

O desenvolvimento e os progressos da aeronáutica já deram nascimento a uma doutrina de Poder Aéreo cuja idéia pioneira se encontra nos livros de Douhet, Mitchell e Seversky, e já se esboça a tentativa de abrir um novo campo na Geopolítica, — o da Aeropolítica.

Toynbee, ilustrando os estudos sobre a interação entre o homem e o ambiente, conclui "que a facilidade é inimiga da civilização" e, ainda, "que o estímulo humano aumenta de força na razão direta da dificuldade". O sociólogo e historiador inglês divide os estímulos em duas classes: *estímulos do ambiente físico* e do *ambiente humano*. Entre os estímulos do meio físico destaca:

- das regiões ásperas,
- de novo solo,

Entre os estímulos do ambiente humano realça:

- dos reveses,
- das pressões,
- das inferiorizações.

Justifica Arnold Toynbee sua teoria citando exemplos vários do comportamento de povos diante desses estímulos, desde a Antiguidade. Heródoto, por volta do ano 424 AC, já havia se expressado sobre as influências da terra sobre o ânimo das populações, sentenciando, "terras férteis homens indolentes, terras ásperas homens duros".

O Gen Golbery (Geopolítica do Brasil) dedica parte importante de sua obra ao estudo do fenômeno histórico da

lealdade do homem às causas que o atraí e muitas vezes o apaixonou. Analisa o autor as lealdades ao burgo, ao senhor feudal, ao rei, ao líder religioso, ao seu povo, às idéias (ideologias), para terminar afirmando: "hoje subsiste a nação como polarizadora suprema dessa lealdade, sem a qual o homem nem mesmo seria homem, incapaz de transcender-se abnegadamente, nos sacrifícios mais heróicos, reduzindo a um egotismo esterilizador e anti-social; Vivemos, ainda, para o bem maior ou a maldição irredimível da humanidade — em que pese as esperanças redentoras — a era do nacionalismo, isto é, da lealdade máxima do cidadão consagrada à nação —".

Todas as teorias e doutrinas da Geopolítica — conselheira de soluções ou meta política, conforme a posição possibilista ou determinista de seus autores, — resultam, a nosso ver, numa só — a do desafio e da resposta de *Arnold Toynbee*. A geografia condiciona, dificulta, sugere, inspira, estimula, enfim *apresenta o seu desafio*. Caberá ao homem *responder a esses desafios*. Ou responde e os supera, ou não responde e é derrotado.

Assim a Geopolítica se converte numa arte, a arte de guiar a política prática. "A Geopolítica é a consciência geográfica do Estado".

Entretanto, o mais sintético e abrangente conceito de Geopolítica é de Ratzel "espaço é poder".

Este simples conceito, composto de três palavras, sintetiza todo espírito e dinâmica de ação da Geopolítica.

A este acrescentaríamos outro, não menos importante, de que "geografia é destino".

CONCEITO DE POTÊNCIA MUNDIAL

O conceito de potência tem evoluído constantemente no decorrer deste século.

Antes que os extraordinários progressos técnico-científicos tivessem proporcionado ao homem os meios eletrônicos

de comunicação, as velocidades supersônicas e os engenhos nucleares, o notável Professor sueco Rudolf Kjéllen, considerado o pai da Geopolítica, estabelecia como características de uma grande potência três atributos:

— espaço, liberdade e movimento, e coesão interna.

Já em nossos dias, o mais reputado historiador contemporâneo, Arnold Toynbee, assim conceitua o que seja uma grande potência:

“Uma força política que exerce seu poder coordenador num campo de ação maior do que o da sociedade que lhe serve de base”.

Tibor Mende, escritor francês, comentarista de vários jornais e revistas europeus, no seu livro “Entre la peur et l'espoir” (Paris, 1958), analisando a conceituação de Toynbee, dá-lhe maior extensão interpretativa, tornando-a mais clara e completa. Eis a interpretação de Tibor Mende à lacônica conceituação do historiador inglês:

- hoje em dia, grande potência é somente aquela cuja força coordenadora se exerce em dimensões mundiais;
- sua soberania deve estender-se sobre um vastíssimo território;
- deve dispor de imensas reservas de matérias-primas e de mão-de-obra especializada;
- sua capacidade de produção deve permitir-lhe a fabricação, em grande quantidade, de armas modernas de alto custo, e de ceder, gratuitamente, enormes porções de produtos manufaturados, pois este é o método contemporâneo de fazer aliados;
- as grandes potências da atualidade devem ser unidades multinacionais e multi-raciais, pela simples

razão de que algumas das condições precedentes não podem ser satisfeitas por um único povo que não disponha senão de seu próprio território.

Para Spykman, Professor da Universidade de Yale, os fatores do poder político são:

- superfície do território, natureza das fronteiras, quantidade de população, ausência ou presença de matérias-primas, desenvolvimento econômico e tecnológico, capacidade financeira, homogeneidade étnica, grau de integração social, estabilidade política e coesão nacional.

O Professor Morgenthau, um dos mais citados especialistas de ciência política dos Estados Unidos, encontra sete fatores característicos de poder político:

- geografia, recursos naturais, capacidade industrial, grau de eficiência militar, população, caráter nacional, moral nacional, aptidão diplomática.

O Professor Steven Spiegel (*Dominance and Diversity* — 1973) classifica os atuais estados do globo em sete categorias de poder, encimadas pelas duas superpotências de 1.ª classe, Estados Unidos e União Soviética. A superpotência de Spiegel é o Estado capaz de exercer um poder de âmbito mundial ou seja ter influência decisiva, na defesa de seus interesses, sobre acontecimentos que se derem em qualquer parte do planeta. O grau de limitação desse poder, em termos de área geográfica, é que coloca os demais países nas categorias sucessivas. Para Spiegel, no degrau abaixo dos Estados Unidos e União Soviética estão as chamadas superpotências de 2.ª classe — China, Japão e alguns países da Europa Ocidental. No terceiro patamar, como potências médias, acham-se o Brasil, Índia, México e Argentina.

O Brasil e Índia, na opinião de Spiegel, são as duas potências médias que possuem melhores condições de aspirar uma passagem para o segundo grupo, das superpotências

de 2.^a classe. A análise comparativa das condições do Brasil e da Índia para ascenderem ao nível superior é desenvolvida com grande objetividade pelo Professor Ronald Schneider, da Universidade de Colúmbia, Nova York. Em outra oportunidade, voltaremos à análise do Professor Schneider.

Alinhamos conceitos vários de potência ou superpotência cuja idade cronológica vem desde o começo do século com Ratzel e Kjellen, passando pelo meio do século com Toynbee e Tibor Mende e atingindo a atualidade com Raymond Aron, Spykman, Morgenthau, Spiegel e Schneider. Há que se notar em todas uma constante — dimensão geográfica, população, posse de recursos naturais, capacidade tecnológica e científica e coesão interna.

Kjellen, há três quartos de século, na sua admirável síntese sobre as características de potência, já havia abrangido todos os atributos já citados, que estão explícitos ou implícitos na sua caracterização — “espaço, liberdade de movimento e coesão interna”.

O espaço é a dimensão geográfica (hoje também o espaço sideral). A liberdade de movimento é atributo inerente à disponibilidade de população, recursos naturais, capacidade industrial, tecnológica e científica. A coesão interna é inseparável das qualidades psicológicas do povo (caráter nacional, moral nacional, liderança).

Alguns autores vem tentando dimensionar os valores mínimos — de extensão geográfica, de população e de capacidade de desempenho econômico, industrial, tecnológico e científico — que constituiriam alicerce de uma potência política. Considera Spiegel que a base geográfica deve possuir dimensão continental; Organsky prevê que 200 milhões de habitantes será, no futuro, a população mínima para as nações aspirantes à grande potência; Karl Deustsch encontrou uma fórmula para avaliar o “desempenho de potência”, baseada na relação produção/população, sobre a qual tem influência decisiva, sem dúvida, o produto interno bruto (PIB).

Na relação desempenho igual a produção/população, em se tratando do enfoque de potência, impõe-se o gigantismo e a qualidade de ambos os termos.

Sobre o enfoque população e sua relação com o poder político e militar, Kenneth Organsky assim se manifesta no seu admirável livro "Population and World Power":

"O poder de uma nação moderna apóia-se consideravelmente no tamanho de sua população. Com números expressivos, uma nação pode sobrepujar suas deficiências; sem eles, grande poder é impossível. Hoje, a importância crucial do volume de população é ofuscada pelas imensas diferenças em desenvolvimento econômico, que torna possível a nações de tamanho médio dominar o mundo. No futuro, a propagação da indústria por todos os países revelará a verdadeira importância da população.

As razões para esta importância são relativamente óbvias: são os homens que trabalham e são os homens que lutam, mesmo nesta idade de máquinas. Uma grande população assegura o poder humano para forças armadas poderosas, assegura o trabalho para produzir grande riqueza nacional, assegura os consumidores que fazem o papel de mercado para outras nações, assegura os contribuintes de impostos que subscreverão os enormes custos do jogo da política mundial no presente estágio e assegura a ousadia para correr os riscos necessários de tal jogo. É difícil fugir à conclusão de que grandes populações fazem grandes nações.

A população também soma para o poder de uma nação — ou subtrai — através de seus efeitos sobre a economia. Uma grande população é no conjunto um haver para uma nação de economia próspera e bem desenvolvida e pode ser útil mesmo para uma muito atrasada, se sua formidável força de trabalho puder ser equipada para içar o país da pobreza."

A apreciação dos atributos essenciais de potência, selecionados por tantos estudiosos da ciência política e da geopolítica revelam a nós, brasileiros, que possuímos todas as condições para aspirarmos um lugar entre as grandes potências do mundo. Em termos de geografia temos um território de dimensões continentais, com imenso litoral debruçado sobre o Atlântico Sul e uma maior fronteira terrestre, 15.400 km confinando com dez países sul-americanos. Nosso litoral "vis à vis" com a África Ocidental é a maior extensão costeira nacional (7.400 km) na ecumene do Atlântico Sul. Ao nosso território, o quarto em extensão geográfica compacta do globo, não faltam recursos naturais — solo fértil, potência hidroelétrica e riquezas minerais. Estamos, ainda, longe de uma exploração intensiva de nossos recursos, muitos ainda desconhecidos. Nossa liberdade de movimento está se comprovando, dia a dia, pelo domínio da tecnologia e da ciência, aplicadas à estratégia do desenvolvimento nacional. Coesão interna, para enfrentarmos a nossa "batalha do século" — alçar o país ao nível das nações desenvolvidas — também não nos tem escasseado, particularmente nestes últimos onze anos de Revolução.

A coesão nacional é um fator inseparável da liderança. Sem essa liderança, as maiorias e minorias nacionais se perderão nos desvãos sectários da polêmica estéril e a nação se desencontrará de seu destino. Sem liderança não haverá objetivo, não haverá convergência, não poderá haver força, potência.

O Presidente Geisel, em sua Mensagem de 30 de dezembro último, explicitou que "o Brasil, hoje ainda em busca de seus altos destinos, será proximamente um país diferente, decolando, em segurança, para o plano das nações mais desenvolvidas". É a reafirmação do compromisso revolucionário de, até o ano 2000, alcançar a meta de grande potência. Cumprir-se-á, assim, a missão dos idealizadores do Movimento de 31 de Março. Para chegarmos a esse *desideratum*, a estratégia há de ser da produção acelerada de bens e serviços e a conquista tenaz da tecnologia moderna, a fim de assegurar,

em ritmo rápido, o progresso social, corrigir as desigualdades de renda, absorver os contingentes anuais de mão-de-obra e alcançar a tranqüilidade e a paz social.

A conquista e manutenção das condições de expansão econômico-social acelerada, acima preconizadas, preservando e difundindo o estilo de vida democrática de nosso povo, tem um preço — a segurança interna e externa. Nenhuma nação do mundo, neste século, “deu o seu salto” em período menor de 25 a 30 anos (uma geração). Nem a União Soviética, que para isto exigiu o sacrifício cruel de milhões de “expurgados” (1918 a 1949), nem a China que iniciou o seu processo em 1949 sem menores violências de que a sua vizinha do ocidente e, ainda, não alcançou as características de grande potência mundial. A Revolução Brasileira escolheu a trilha da democracia com autoridade e chegará lá.

ALGUNS DADOS POPULACIONAIS

China	800/900.000.000
Índia	588.560.000
Rússia	252.530.000
Estados Unidos	213.460.000
Indonésia	126.780.000
Japão	109.330.000
Brasil	104.670.000
Bangladesh	65.520.000
Paquistão	58.760.000
Alemanha Ocidental	62.100.000
Reino Unido	56.230.000
Itália	55.110.000
França	52.000.000

BIBLIOGRAFIA

- 1 — "A Geopolítica Geral e do Brasil", Everardo Backheuser, Biblioteca do Exército, 1952.
- 2 — "Geopolítica do Brasil", General Golbery do Couto e Silva, Editora José Olymp'o, 1967.
- 3 — "Tratado Geral de Geopolítica", Vicens Vives, Universidade de Barcelona, 1950.
- 4 — "El Factor Geográfico en la Política Sul Americana", Carlos Badía Malagrida, Madri.
- 5 — "The Earth and The State", Derwnte Whittlesey, Trad. Fondo de Cultura Economica, México.
- 6 — "Geopolítica do Brasil", Brig Lysias Rodrigues, Biblioteca M'ltitar, 1947.
- 7 — "Geografia Universal", Vidal de la Blanche e Galois, Trad. Barcelona, 1947.
- 8 — "Projeção Continental do Brasil", Mário Travassos, Edição Brasillana, 1938.
- 9 — "Geografia Política", Arthur Dix, Editora Labor, Barcelona.
- 10 — "Geopolítica", Robert Strausz — Hupé, Editorial Hermes, México.
- 11 — "Democratic Ideals and Reality", Sir Halford J. Mackinder, NY, 1942.
- 12 — "America's Strategy and World Politics", Nicholas Spykman, NY, 1942.
- 13 — "The Influence of Sea Power Upon History", Maham, Little Brow and Co. USA.
- 14 — "Geopolítica, Generales y Geografos", Hans W. Weigert, The Macmillan Co. USA.
- 15 — "Introdução à Geografia das Comunicações Brasileiras", Mário Travassos, Editora José Olimp'o, 1942.
- 16 — "Projeção Mundial do Brasil", Carlos de Meira Mattos, Gráfica Leal Limitada, São Paulo, 1960.
- 17 — "La Defensa del Occidente", Liddel Hart, Biblioteca del Oficial, Buenos Alres.
- 18 — "The Cold War: A Study in US Foreign Policy", Harpers and Brothers, NY, 1947.

- 19 — "Teoria Geral do Estado", Rudolph Kjellen, Universidade de Upsala, Suécia.
- 20 — "Der Staat Als Lebens Form", Rudolph Kjellen, Universidade de Upsala, Suécia.
- 21 — "Geografia Política", Friedrich Ratzel, Munich.
- 22 — "Study of History", Arnold Toynbee, Londres.
- 23 — "Frontiers", Charles Fawcett, Londres, 1911.
- 24 — "Political Frontiers and Boundary Macking", Thomas H. Holdich, Londres, 1916.
- 25 — "Frontier", Lord Curzon, Oxford, 1907.
- 26 — "The Significance of the American Frontier in American History", Frederick Turner, USA.
- 27 — "Geopolitik", Karl Haushofer, Munich.
- 28 — "Introduccion a los Estudios Politicos — Teoria Política" — Mario Justo Lopez, Buenos Aires, 1969.
- 29 — "Population and World Power", Katherine and Kenneth Organsky, New York, 1961.
- 30 — "Peace and War", Raymond Aron, 1966.
- 31 — "Politics and Geographic Relationships", W. A. Douglas Jackson, 1964.

A Diretoria da "A DEFESA NACIONAL" lança um apelo a seus leitores no sentido de colaborar com a Revista, enviando-nos artigos de cunho doutrinário, que digam respeito à missão do Exército como defensor das instituições nacionais, da lei e da ordem.